

Partilha de afetos: um bordado de ações possíveis[I]

Sharing of affections: an embroidery of possible actions

Ana Clara Oliveira de Araújo*



Resumo

Este ensaio constitui-se como uma leitura inicial de aproximações verificadas entre afetos e política, através de práticas partilhadas por diferentes sujeitos no espaço urbano, que representam alternativas que se colocam em contraposição ao neoliberalismo. Essa reflexão é um desdobramento acerca de uma atuação no campo da assessoria técnica, que mobiliza ações de enfrentamento e de resistência à ordem dominante. Como estratégia metodológica, propõe-se uma analogia ao bordado, a partir de três tessituras que apontam formas de agência que poderiam ser estudadas como perspectiva crítica de intervenção em âmbito macropolítico. Nelas, há uma abordagem acerca da relação entre política e psicanálise; outra a respeito da recuperação do conceito do Comum como estratégia de transformação da sociedade; e uma terceira sobre práticas sociais coletivas que constituem microconjunturas. As três leituras exprimem interseções, ressaltando que, mesmo diante de condições adversas, os sujeitos são levados a produzir outras formas de agenciamento que viabilizam suas experiências urbanas dentro do sistema neoliberal. Assim sendo, a verificação dessas referências pode contribuir para o desenvolvimento de técnicas que fortaleçam os arranjos já estabelecidos nesses locais, que sobrepõem os aparatos de controle social, intervindo na cotidianidade e produzindo transformações importantes, a partir das quais outras tessituras poderão ser costuradas.

Palavras-chave: afetos, política, neoliberalismo, práticas sociais coletivas, experiências urbanas.

Abstract

This essay is constituted as an initial reading of verified approaches between affections and politics, through practices shared by different subjects in the urban space, which represent alternatives that stand in opposition to neoliberalism. This reflection is a result of an acting in the field of technical assistance, which mobilizes actions of confronting and to resist against the dominant order. An analogy to embroidery is proposed as a methodological strategy, from three threads that aim to forms of agency that could be studied as a critical perspective of intervention at the macro-political sphere. In them, there is an approach about the relation between politics and psychoanalysis; another one, about the recovery of the concept of Common as a strategy for society's transformation; and a third on collective social practices that constitute microconjunctures. The three readings express intersections, emphasizing that, even in face of adversity conditions, individuals are led to produce other ways of agency to make their urban experiences viable within the neoliberal order. Therefore, the verification of these references might contribute on the development of techniques that strengthen the arrangements already established in these locations, which overlaps the social control structures, intervening in daily life and producing important transformations, from which other threads can be stitched.

Keywords: affections, politics, neoliberalism, collective social practices, urban experiences.

Separar as linhas (para o bordado)

Este texto é uma busca. Uma tentativa de articular vivências e reflexões que possibilitem vislumbrar um caminho para além do neoliberalismo. Assumo aqui uma postura otimista, compreendendo a eventualidade do fracasso nesta tentativa, mas, ainda assim, uma necessidade a perseguir. Necessidade essa que se origina de um convite à reflexão sobre uma prática em campo, no âmbito de arquitetura e urbanismo, em consonância com o compromisso por uma mudança social efetiva, que mobiliza ações de enfrentamento e de resistência à ordem dominante. Nesse sentido, tal prática me orienta a verificar interseções entre afetos, afecções e ações, a partir das quais construo este ensaio.

A construção dessas interseções está relacionada ainda com a intenção de entender o que mobiliza a minha prática, e, sendo assim, atravessa meu estudo atual de mestrado, como mote e metodologia de minha pesquisa-ação, que localizo entre o afeto e o projeto. A junção entre esses dois substantivos parte de uma leitura crítica de um modo de atuação em espaços de moradia popular, que demandam, além da função técnica inerente ao campo de arquitetura e urbanismo, a destreza para compreender que lugar tal profissional pode ocupar nesses contextos. Esse modo de atuação ou prática em campo diz respeito à assessoria técnica, que mobiliza diferentes agentes para pensar e propor estratégias, planos e projetos técnico-populares ancorados na defesa de direitos e na democratização do espaço.

O trabalho da assessoria técnica abrange o engajamento ético e político, além de ser concebido através do diálogo e da cooperação entre a comunidade e a equipe técnica, emergindo como uma possibilidade de fortalecimento de demandas populares que já vêm sendo construídas há algumas décadas, mas que ainda são tratadas de modo hostil, seja pelo mercado ou pelo Estado. Assim sendo, entende-se que as relações estabelecidas a partir dessa prática não se reduzem ao atendimento técnico, sendo uma forma de agência que se soma às interações sociais verificadas nesses espaços, que formulam táticas de sobrevivência em condições adversas, sendo a afetividade uma

1: Texto adaptado do trabalho final apresentado para a disciplina Teorias e Concepções da Modernidade, do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, no semestre 2020.2, ministrada pelos professores Cibele Rizek, Marcelo Fantin, Camila Camargo e André Dal Bó.

dessas táticas. Desse modo, interessa compreender como essas relações sociais contribuem em produções físicas e simbólicas nesses assentamentos, configurando uma razão alternativa à ordem dominante.

Vladimir Safatle (2019) observa que há em curso um sistema de reprodução de sociedade que ainda preserva dispositivos coloniais, tendo o tempo como horizonte de expectativa por um bem futuro, desconsiderando a complexidade da contemporaneidade e desmobilizando ações no presente. De outro lado, há parte dessa coletividade que trabalha por transformações cotidianas, a partir de “formas singulares de vida”.

Enquanto sistema de reprodução material de formas hegemônicas de vida, sociedades dotam tais formas de força de adesão ao produzir continuamente afetos que nos fazem assumir certas possibilidades de vida a despeito de outras. [...] Há uma adesão social construída através das afecções. Nesse sentido, quando sociedades se transformam, abrindo-se à produção de formas singulares de vida, os afetos começam a circular de outra forma, a agenciar-se de maneira a produzir outros objetos e efeitos. (SAFATLE, 2015, p.15-16)

Interessa, então, verificar como essas outras agências são produzidas, e de que modo elas refletem na sociedade, exprimindo transformações no tempo presente, através de organizações comunitárias, além de redes de vizinhanças, de solidariedade e de cooperação. Ana Clara Torres Ribeiro (2005) pontua que, para o estudo da sociedade, é necessário situar-se em um “núcleo comum” entre o micro e o macro, que, ao mesmo tempo, comprometa-se com a análise desses vínculos e da razão neoliberal, visando identificar alternativas para um “futuro radicalmente democrático” (RIBEIRO, 2005, p.415).

O cotidiano e o lugar trazem a necessidade de refletir sobre o não-dito, o invisível, o anônimo (Ribeiro; Lourenço, 2001), e também sobre aquilo que se duvida valer a pena tentar dizer. Ao mesmo tempo, essas dimensões da vida coletiva afirmam-se como as únicas que aproximam a sociabilidade da imaginação sociológica contemporânea, impondo a

descoberta de linguagens adequadas à citação, mesmo que frágil, das interações sociais construídas entre o acaso, a gratuidade, a mercantilização de todos os ângulos da existência e a violência. (RIBEIRO, 2005, p.416)

Seguindo nessa linha, é possível apontar que, embora haja um esforço para deslegitimar práticas sociais coletivas, elas são constituídas a partir de diferentes acúmulos, formulando outras racionalidades importantes de serem apreendidas pelo academicismo e por profissionais que atuam no espaço, buscando fortalecer essas produções (RIBEIRO, 2010). Assim, neste ensaio, busco tecer algumas leituras de autores que abordam formas de agência que têm a perspectiva de contribuir na formulação de alternativas ao neoliberalismo. A escolha dessas referências possibilita a costura de relações – entre afetos, afecções e ações – com as quais me identifico e que, ainda, me permitem tecer reflexões.

Como estratégia metodológica de construção deste ensaio, opto pela analogia ao bordado, por sua etimologia, e por ser também uma bordadeira (iniciante), sendo esse ato desencadeado para mim a partir do afeto. Dessa forma, após **separar as linhas** nessa introdução, buscarei apresentar os estudos dos autores entendendo-os como três tessituras. A **I Tessitura: afetos**, parte de leituras de uma abordagem psicanalítica da relação entre sujeito e política, desenvolvida por Vladimir Safatle (2019, 2020). Nesses textos, o autor abrange uma compreensão dos afetos pelo sentido da psicanálise, indicando que a transformação da sociedade só será possível após a modificação da estrutura psíquica do sujeito.

Na **II Tessitura: afecções**, são denotadas ideias referentes ao princípio do comum, a partir de elaborações de Pierre Dardot e Christian Laval (2017a, 2017b), que o apresentam como alternativa, no campo político, à ideologia neoliberal. A partir do comum, sugerem a instituição de um sujeito coletivo, que fundamentaria a sociedade, através de novas relações sociais que articulem “práticas de natureza muito diversas” (DARDOT e LAVAL, 2017a, p.615). Por fim, a **III Tessitura: ações** recorre às concepções de Ana Clara Torres Ribeiro (2005, 2009, 2010) a respeito de estudos sociológicos contemporâneos, que

inscrevem ações sociais no espaço. Segundo a autora, há, na sociedade, sujeitos que compreendem sua condição de alienados, para, de dentro da estrutura hegemônica, produzir resistências que se configuram como táticas de sobrevivência (RIBEIRO, 2010, p.26).

Ao final do ensaio, proponho **ultrapassar o limite do bastidor**, concluindo o texto com uma abertura a reflexões futuras, que dialoguem, alterem ou eliminem alguns dos pontos aqui assinalados, pois, diferentemente do bordado, a discussão proposta não precisa ser finalizada. Ressalto essas primeiras costuras como uma leitura inicial que possibilite o alcance de certos entendimentos acerca das aproximações entre a afetividade e a política, para, a partir delas, construir, na prática, partilhas com outros sujeitos.

2: Trata-se dos estudos psicanalíticos desenvolvidos por Jacques Lacan, a quem Safatle recorre para estabelecer relações entre subjetividade e política.

I Tessitura: Afetos

Vladimir Safatle (2019, 2020) defende que, para a transformação da sociedade neoliberal, é imprescindível compreender os vínculos que se estabelecem entre política e psicanálise. Devido ao caráter onipresente assumido pela ordem dominante, sendo “multiescalar” e “multissituada”, ela acaba por incidir também sobre o espectro subjetivo, interferindo no estado psíquico do sujeito, tendo como consequência a reafirmação de relações de submissão, alienação e dominação. De acordo com esse autor, tal interferência ocorre através da produção e da mobilização de afetos que contribuem para a adesão dos sujeitos a um corpo político único – a sociedade –, através de vínculos construídos no inconsciente, que impedem processos capazes de levá-los à emancipação (SAFATLE, 2019, p.37). O inconsciente é, segundo a psicanálise lacaniana[2], um outro sujeito que há em nós, responsável pela ação efetiva (SAFATLE, 2020).

Nesses escritos, Safatle aponta a necessidade de atentarmos aos modos desenvolvidos pela razão neoliberal para consolidar essa condição de alienação, entre os quais destaco as questões da ignorância, da manipulação de afetos – como

medo e desamparo – e da colonização do desejo (ou gozo, como é trabalhado por ele). É importante ressaltar que esses procedimentos não são adotados de maneira isolada, sendo mobilizados pelas estruturas normativas que disciplinam a vida social. Como forma de superar esses dispositivos, o primeiro movimento seria a investigação a respeito de como ocorrem essas mobilizações, ou seja, como funciona o poder que age sobre os sujeitos levando à formação de um corpo político, superando, então, o primeiro desses dispositivos destacados: a ignorância.

No âmbito do neoliberalismo, através da psicanálise, o autor indica que a adesão aos afetos mobilizados pelo poder ocorre por conta de vínculos de identificação, um dos conceitos lacanianos que é ubíquo à política. Há um movimento duplo, de identificação com as estruturas de poder, a partir de suas “normas, regras e comportamentos”, ao mesmo tempo que o sujeito reforça uma identidade rígida, de viés autônomo e independente, negando a origem de sua modulação. Além disso, como forma de preservação da identidade, o sujeito assume um caráter autoritário e violento, buscando a projeção de si no mundo e em outros, e recusando aqueles que são diferentes dessa imagem constituída, algo que o autor assinala como sendo o “modelo de personalidade” do fascismo. Cabe pontuar ainda que essa postura defensiva é assumida como resposta à ativação do medo, pois o sujeito compreende que as relações dialéticas são capazes de promover transformações nos indivíduos (SAFATLE, 2020, p.35-37).

Segundo Safatle (2020), a ativação do medo se dá porque, no contexto máximo de individualização representado pelo neoliberalismo, o processo de identificação é acionado pela figura de poder, seja no âmbito familiar (o pai), seja no societário (o líder), a quem o sujeito segue indiscriminadamente. Nesse sentido, a possibilidade de colapso desse sistema coloca o indivíduo em uma posição de fragilidade e insegurança, levando-o a buscar novas maneiras de reafirmar a estrutura existente. De outro lado, o colapso dessa figura poderia levar a um processo de emancipação social, que “permitiria a consolidação de um sistema de relações igualitárias capaz de

abrir o espaço a formas renovadas de cooperação” (SAFATLE, 2020, p.52).

Há momentos em que os corpos precisam se quebrar, se decompor, ser despossuídos para que novos circuitos de afetos apareçam. Fixados na integralidade de nosso corpo próprio, não deixamos o próprio se quebrar, se desamparar de sua forma atual para que seja às vezes recomposto de maneira inesperada. (SAFATLE, 2019, p.36)

Assim, aponta que, para a superação da alienação, é necessário passar por essa condição de desamparo, ou seja, a ausência de uma figura de poder e de autoridade com a qual possa haver identificação, possibilitando um “impulso em direção à capacidade de ser afetado de outra forma” (SAFATLE, 2019, p.38). De acordo com Safatle (2019), essas outras formas de circulação de afetos levariam ao funcionamento do grupo de forma horizontal, sem a necessidade de uma única liderança, como poderia ser verificado, por exemplo, em contextos comunitários onde há redes de vizinhança, solidariedade e cooperação.

Outro procedimento abordado por Safatle (2020) a respeito dos modos de controle social é a espoliação do gozo, ou colonização das formas de desejo viabilizadas no interior do sistema neoliberal. O gozo é outro conceito psicanalítico desenvolvido por Lacan, caracterizado por ter uma dupla função: de sustentação do poder, ao mesmo tempo que se constitui como ferramenta central de sua crítica. Safatle ressalta que a manutenção do poder é indissociável do gozo, acionando “promessas de êxtase”, com “contínua esperança de alcance”, que sustenta a submissão do sujeito ao estado de alienação, impedindo a identificação de estratégias subversivas, que poderiam levar à sua emancipação.

No âmbito do capitalismo, o desejo está associado de forma estrita com a economia, indicando que o nível máximo de prazer só poderia ser alcançado a partir de produção de valor. Para tanto, além da produção de objetos que servirão ao consumo, o sistema se ocupa da produção de um sujeito que servirá aos objetos (MARX, 2011, p.47 apud SAFATLE, 2020, p.71). Assim

sendo, a emancipação social do neoliberalismo implicaria em experiências de gozo além daquelas previstas pela ordem dominante, que seriam “experiências de excesso”, classificadas como irracionais, aquém da possibilidade de cálculo entre utilidade e medida. Tais experiências constituem processos ativos, que afirmam o “descentramento” e a “despossessão” como fórmulas necessárias ao colapso de determinações capitalistas (SAFATLE, 2020).

Safatle (2020) ressalta que, em um contexto de “máxima integração” social como o neoliberal, sofrimentos psíquicos representam “figuras sociais de recusa”, que correspondem ao desejo de construção de outras formas de existência. Para tanto, o autor propõe a aplicação de duas ferramentas da psicanálise: a transferência e o ato analítico. A transferência corresponde à destituição de relações de poder, através da destituição de seus ocupantes, sua agência e sua gramática, implicando ainda em um processo de desidentificação do sujeito com as estruturas do poder. Dessa forma, a transferência é finalizada com o ato analítico, com o rompimento de estruturas de dominação e a produção de novas realidades, em um movimento de destituição e instauração.

Há gestos dramáticos que apagam, nem que seja por um momento, por um largo momento, a vida como fora até então, tendo em vista a produção de novas formas de existência. Seria causa profunda de sofrimento essa incapacidade de nossa era histórica em saber acolher tais gestos com sua força performativa de instauração e redescrição. Uma época amedrontada por atravessar os limites da existência. (SAFATLE, 2020, p.122-123)

Segundo o autor, o ato analítico pressupõe a subversão da existência em um movimento dialético, assim como a emergência de um outro sujeito político, predisposto ao desenvolvimento de novas formas de relação com o outro. Nesse sentido, o ato constitui um processo revolucionário, de ruptura com a ordem dominante, que requer a construção de uma outra gramática, através da conquista e destituição do Estado, com a “abertura de uma sociedade de associações livres”, na qual “todos os seus modos de reprodução se transfigurem” (SAFATLE, 2020,

p.130). Safatle (2019) sugere que o ato não é inédito, podendo ser observado mesmo no interior do sistema de reprodução capitalista, onde nota a existência de outras agências no tempo presente, que produzem “formas singulares de vida”, que poderiam ser estudadas como perspectiva crítica de intervenção em âmbito macropolítico.

II Tessitura: afecções

Pierre Dardot e Christian Laval (2017a, 2017b) reforçam em seus textos, que refletem sobre o princípio do Comum, o caráter totalitário do neoliberalismo, cujo arcabouço institucional impõe dinâmicas de submissão a “políticas, comportamentos e subjetividades”, dialogando com perspectivas de ruptura apresentadas no tecido anterior deste ensaio. Os autores apontam que ainda não foi possível construir saídas efetivas ao sistema neoliberal, sendo necessário, para isso, romper com o “arcabouço institucional existente” (ou a gramática existente), substituindo-o por outro, o que corresponderia, em tese, a um movimento similar ao ato analítico, trazido por Safatle (2020). Para eles, a sujeição ocorre porque existe a sensação de que o sistema capitalista venceu, colocando os sujeitos em uma posição de conformidade com esse aprisionamento, sem expectativa de que haja a possibilidade de um futuro diferente (DARDOT e LAVAL, 2017a).

De acordo com os autores, o neoliberalismo opera através de um discurso conservador, que funciona com ameaças às garantias individuais – como a liberdade –, indicando que uma ruptura poderia levar a um sistema diferente, onde a liberdade teria seu fim. Essa ideia reforça um apego à história, desenvolvendo um conceito de revolução que sugere que toda mudança tem como resultado a repetição do mesmo, mas que, conjuntamente, pode produzir disrupções na ordem existente. Tal concepção aposta no discurso ideológico para reforçar a estruturação da razão neoliberal, entretanto, desconsidera que não temos controle sobre o futuro, podendo este ser diferente daquilo que se supõe, que seria a repetição do mesmo.

Ao mesmo tempo, Dardot e Laval (2017a, 2017b) apontam que outro aspecto importante dessa ordem dominante está relacionado com um processo de hibridismo entre Estado e mercado, sendo o primeiro tido pela esquerda política como esfera responsável pela defesa dos interesses sociais. Nesse sentido, a esquerda defende que rupturas parciais poderiam levar à recuperação desse dispositivo político, levando-o ao redirecionamento de sentidos, propostas e políticas de cunho verdadeiramente democrático. De outro lado, os autores reiteram que essa combinação entre Estado e mercado já está consolidada, estendendo a ideologia neoliberal a toda a estrutura social.

Esse novo sistema estabelece uma concorrência generalizada, regula a relação do indivíduo consigo mesmo e com os outros segundo a lógica da superação e do desempenho infinito. Essa norma da concorrência não nasce espontaneamente em cada um de nós como produto natural do cérebro: não é biológica, é efeito de uma política deliberada. Com o auxílio diligente do Estado, a acumulação ilimitada do capital comanda de maneira cada vez mais imperativa e veloz a transformação das sociedades, das relações sociais e da subjetividade. (DARDOT e LAVAL, 2017a, p.12)

Segundo os autores, o recrudescimento dessa ideologia, através da normatividade, em todas as esferas da estrutura societária, que está voltada para a “acumulação ilimitada do capital”, direciona-nos para uma saída da própria democracia, com grandes consequências para um sistema social já bastante estratificado. Dessa forma, diante de uma insatisfação generalizada com esse *modus operandi* do neoliberalismo, verificada em “convulsões, confrontos e reviravoltas” cada vez mais presentes no campo político, constata-se a necessidade de estabelecimento de uma saída alternativa, a partir da qual os autores recuperam o princípio do comum, reforçando-o como uma nova razão política. Segundo Dardot e Laval, essa ação “tem a ver com transformar a resistência persistente e corajosa de amplos setores da sociedade às políticas de austeridade, em vontade e capacidade de transformar as próprias relações

políticas, em ir da representação à participação.” (DARDOT e LAVAL, 2017b, p.225-226).

Partindo, então, dessa necessidade de transformação da sociedade, em direção à alteração da ordem neoliberal, entende-se que, por ser uma racionalidade que abrange toda a estrutura social, sua ruptura parte de uma indispensabilidade de restituição total, de uma ruptura com todo o “arcabouço institucional existente”. Essa ação, que no âmbito da leitura de Safatle é definida a partir do ato analítico, para Dardot e Laval é denominada de revolução. Cabe ressaltar que, a despeito das nomenclaturas apontadas, as duas sugerem um mesmo tipo de intervenção, de dimensão totalizadora, através de um processo de destituição da ordem existente, possibilitando o aparecimento de novas formas de relação (DARDOT e LAVAL, 2017a; SAFATLE, 2020).

Para Dardot e Laval (2017a), a questão central do ato revolucionário seria o Comum, um conceito que eles recuperam como possibilidade de mudança efetiva da estrutura social vigente, que só poderá ser alcançada através de um processo de autotransformação (transformação de dentro do sistema) que leva à autoinstituição de novas estruturas que sejam centrais na construção dessa nova razão política. Os autores ressaltam o comum em seu sentido substantivo, ou seja, como um princípio, e, portanto, assumindo o lugar de estruturação da nova ordem, sendo o preceito que orientará todas as esferas do corpo político.

Estabelecemos o comum como um princípio político. Ele não é invenção nossa, emerge das contestações à ordem atual. Designa, em primeiro lugar, as linhas de frente e as zonas de luta onde se dá a transformação de nossas sociedades, traduz as aspirações dos movimentos contrários ao capitalismo e suas formas de ação, alimenta práticas relativas à criação e ao governo dos comuns. (DARDOT e LAVAL, 2017a, p.481)

Seguindo nessa linha, a destituição das estruturas de poder para a instauração do comum só poderá ocorrer a partir de uma tipologia específica de revolução, definida como práxis instituinte, constituindo uma “atividade pautada pela

autonomia”, “que é um fim para si mesma” (DARDOT e LAVAL, 2017a, p.455-456). Assim, essa práxis instituinte sugere algumas disposições: demanda a participação política, a instituição como uma atividade consciente e deliberada de forma coletiva e a possibilidade de alteração de regras definidas por ela mesma. Nessa perspectiva, a definição dessa práxis indica uma aproximação com o dispositivo psicanalítico da transferência, tendo como resultado o estabelecimento de “relações de poder sem dominação”, com possibilidade de emergência de vínculos capazes de transformar sujeitos. (SAFATLE, 2020, p.110)

Outra aproximação possível entre esses dois tecidos propositivos se dá a partir da defesa de um movimento de desierarquização, passando de relações verticais, através das quais ocorrem os processos de dominação, com o pretexto de maior eficiência, para relações horizontais, com vistas a atividades que levem a uma deliberação conjunta (DARDOT e LAVAL, 2017b, p.225). Nesse sentido, a práxis instituinte do comum leva à fundação de um “sujeito coletivo”, por meio do qual deverão ser refundadas as relações sociais, que terão como centro uma atividade política responsável pela “deliberação, julgamento, decisão e aplicação de decisões”, possibilitando a prática do “agir comum” (DARDOT e LAVAL, 2017b, p.218; DARDOT e LAVAL, 2017a, p.486).

III Tessitura: ações

Na leitura de Ana Clara Torres Ribeiro (2005, 2009, 2010), é possível verificar que há aspectos em comum com as costuras apresentadas anteriormente, no que tange à configuração da racionalidade hegemônica e de suas interferências no âmbito da subjetividade, através da financeirização das relações sociais. Assim sendo, a autora destaca que essas intervenções acabam por impedir a aceitação de diferenças no espectro da singularidade, por levar o sujeito ao nível máximo de individualização, a partir da ideologia neoliberal. Essa ideia aproxima-se do conceito de identificação como dispositivo que assegura condições de alienação e dominação, além da ativação de afetos como o medo e o desamparo, que garantem

as estruturas de poder como referência de estabilidade e reconhecimento de si. (SAFATLE, 2020)

Ribeiro aponta também que aspectos das estruturas de poder do neoliberalismo, a exemplo da vinculação da aquisição de bens como forma de gozo, assim como a recusa das diferenças, terminam por atenuar as condições de segregação social, por promover a desapropriação mercantil e política da “experiência urbana da maioria” (RIBEIRO, 2010, p.27). A autora ainda ressalta que, no contexto das desigualdades sociais, para a maior parte da população, é ilusório o acesso a instituições que lidem com a subjetividade, com a psicanálise, reforçando que mesmo as “figuras sociais de recusa” (SAFATLE, 2020, p.19) são experimentadas de maneiras distintas por diferentes sujeitos no interior de uma ordem que se pretende totalizadora. (RIBEIRO, 2005)

Nesse sentido, a autora sugere que esses sujeitos expostos a tais condições de adversidades e de desigualdades são levados a produzir outras formas de agenciamento que viabilizem sua experiência urbana, constituindo formas de resistência e de afirmação social. Ribeiro nomeia essas ações como “racionalidades alternativas”, que não significam a superação da ordem hegemônica, mas, sim, a produção de “brechas, fraturas e passagens” sustentadas por formas de vida coletivas. São estratégias de sobrevivência no interior do sistema neoliberal que envolvem “acordos tácitos” e “pactos circunstanciais”, assim como “riscos e aprendizados, acumulação de saberes e cálculo de custos”. (RIBEIRO, 2010, p.31)

Acredito que a compreensão dessas passagens, que podem ser estreitas e obscuras, implique em leituras sensíveis de metamorfoses do sujeito que, embrenhado em suas circunstâncias, concebe e realiza a ação possível. Aqui, o aparentemente micro e insignificante adquire a grandeza em geral atribuída apenas ao macro, por inscrever a ação no confronto com determinantes da dominação responsáveis pela reprodução das desigualdades sociais e pelo apagamento dos muitos outros nas cenas urbanas. Agenciamentos e metamorfoses implicam na elaboração de uma gramática da existência, isto é, de uma tecnicidade que enfrente

engenhos da ação dominante. (RIBEIRO, 2010, p.31, grifos nossos)

A autora sinaliza que os estudos da sociedade tendem a julgá-la, de maneira exclusiva, como uma sociedade alienada, sem levar em consideração esses outros agenciamentos, que são mobilizados por diferentes experiências urbanas, como enfrentamento à ordem dominante. Aqui, a constituição de outras “gramáticas da existência”, diferentemente de como são acionadas por Safatle (2020), não implica necessariamente na ruptura com o sistema, produzindo outras ações no tempo presente. Dessa maneira, o comportamento alienado, como comumente é caracterizado pelos estudos sociais, seria, na verdade, uma “acomodação consciente e tática”, formando “microconjunturas” que resistem por dentro do neoliberalismo (RIBEIRO, 2010).

Por outro lado, o reconhecimento da existência de outras formas de agenciamento, a despeito do sistema de alienação e dominação, também é identificado por Safatle (2019) através de contextos de vida específicos que permanecem resilientes, mesmo quando a análise da conjuntura indicaria sistemas de submissão. Devido a isso, o autor sugere que a perspectiva crítica busque compreender esses modos de adesão subversivos, através de seus “circuitos de afetos” (SAFATLE, 2019, p.16). Essa mesma tarefa é proposta por Ribeiro (2010) para o academicismo e para profissionais que atuam no contexto do espaço, acreditando que tal costura possibilitaria a consolidação dessas racionalidades alternativas.

No âmbito da assessoria, acredito que essas leituras de racionalidades alternativas podem contribuir para o desenvolvimento de técnicas que fortaleçam os arranjos já estabelecidos nesses espaços, assim como contribuir para disputas em curso, visando reafirmar outras experiências de produção urbana. Ribeiro (2009) aponta que essas outras agências, produzidas de forma dissidente, “incluem vínculos comunitários, experiências religiosas, relações étnicas e aprendizados ancestrais”, que se inscrevem no espaço através de ações sociais (RIBEIRO, 2009, p.153).

Conquista-se espaço através de atos que confrontam a reprodução sistêmica da vida urbana. Trata-se de apropriações do espaço expressivas de racionalidades alternativas ainda em processo de sistematização. Porém, ensaios dessa sistematização são identificáveis na repetição de formas de apropriação espacial por distintos atores políticos e movimentos sociais. (RIBEIRO, 2005, p.421)

De acordo com Ribeiro (2005), essas “formas de apropriação espacial” constituídas pelas agências subversivas, na relação de inserção que estabelecem no interior das estruturas de poder, implementam uma dinâmica de forças instituintes, que dialogam com a práxis instituinte do comum (DARDOT e LAVAL, 2017a). Nesse sentido, assim como a práxis instituinte, a ação social é uma atividade que pressupõe a autonomia do sujeito, indicando um movimento de emancipação que poderia ocorrer “de dentro para fora” da estrutura do capitalismo. Desse ponto, é importante recordar que a sugestão de Ana Clara consiste na necessidade de desenvolver intervenções, sejam teóricas ou práticas, que articulem as escalas macro e micro, já sendo possível observar a existência de “microcomuns”, “microrrevoluções” e “microações” com potência de incidir sobre o âmbito macropolítico.

Ultrapassar o limite do bastidor

Ao longo deste ensaio, busquei tecer algumas costuras entre leituras de autores que abordam elementos que permitem vislumbrar perspectivas de resistência à ordem social dominante. Nesse sentido, foi possível observar uma congruência entre essas passagens, que ressaltam o individualismo como modelo social do neoliberalismo, ao mesmo tempo que estabelece normas, regras e comportamentos que visam reduzir o sujeito e sua subjetividade a uma fôrma imposta pelas estruturas de poder. Ainda assim, as três referências apresentadas deixam evidente que há condutas disruptivas que atuam desde o (de dentro do) sistema, por vezes de maneira disfarçada, e, em outras, constituindo agências de enfrentamento. São essas

brechas que constroem possibilidades efetivas de produção de novas formas de existência.

Ana Clara Torres Ribeiro (2010) e Vladimir Safatle (2019) reforçam, em seus respectivos trabalhos, a necessidade de disposição intelectual, acadêmica e/ou profissional para expandir os estudos voltados à compreensão da sociedade, de modo a incorporar ações que ocorrem no nível micropolítico, com potência de intervenção no macro. A meu ver, se nos dedicarmos a essa tarefa, poderemos contribuir efetivamente para mudanças sociais. Ao mesmo tempo, dado o caráter multissecular do capitalismo, é importante salientar que a temporalidade dessa tarefa é um aspecto que ainda precisa ser melhor estudado, mas é também uma ação que precisa ser urgentemente ampliada.

Ações que interrompem a cotidianidade – inscrevendo a copresença em contextos que a renegam - implicam em sincronização de gestos e na representação de papéis que não são esperados e nem programados. Essas ações corporificam, na encenação da experiência urbana, o descarte, por alguns instantes, de controles que tolhem a invenção (e inversão) de posições sociais nos fluxos urbanos. (RIBEIRO, 2010, p.31)

A verificação de tais experiências urbanas, que sobrepõem os aparatos de controle social fomentados pelo neoliberalismo, intervindo na cotidianidade, ressalta a importância de valorizar ações que já estão sendo empreendidas no espaço, gerando mobilizações e agitações que confrontam as promessas de êxito do sistema capitalista. Nesse sentido, nota-se que essas ações são, por si só, formas de confronto, por promoverem interações sociais na atualidade, em oposição às perspectivas de futuro que orientam a submissão às estruturas de poder. Desse modo, compreende-se que essas articulações contribuem na produção de alternativas que constituem instrumentos políticos de reivindicação, interferindo em pactos, agências e deliberações sistêmicas.

3: Assim como no bordado, sou também iniciante no estudo dessas outras referências, que podem trazer perspectivas de outros campos disciplinares para a minha prática no âmbito de arquitetura e urbanismo.

Os três tecidos aludem para a imprescindibilidade de romper com a estrutura institucional existente, através de práticas que assumem termos diversos em cada um deles: ato analítico, práxis instituinte ou ação social. Conforme citado acima, atividades como essas já estão presentes em diferentes espaços da sociedade, formulando o que Ana Clara denomina como “gramáticas da existência” (RIBEIRO, 2010, p.11), e, ainda, contrapõem-se ao modelo neoliberal ao recusarem seu caráter individual, evidenciando o papel renovador das deliberações coletivas. Como forma de agência, a assessoria técnica também pode funcionar como uma prática que produz uma mudança social significativa, alterando modos como a tecnicidade incide sobre o espaço, a partir de um trabalho que fortaleça demandas locais.

Cabe pontuar que, por sua natureza dialógica e coletiva, a assessoria técnica, além de contribuir espacialmente, pode também incidir no campo de arquitetura e urbanismo com outras gramáticas, compostas a partir da integração entre os diferentes sujeitos e conhecimentos presentes nos locais onde atua, contribuindo para que a própria disciplina se democratize. Esse seria um exemplo de intervenção do micro no macro. Ao mesmo tempo, ao trabalhar com processos de construção e de decisões conjuntas, em contraste com as estruturas organizacionais típicas do neoliberalismo, constitui rupturas que têm potencial para interferir no sistema institucional existente.

Assim sendo, através das leituras e reflexões iniciais tecidas[3], defende-se uma indicação por uma postura ética e política complementar à tecnicidade inerente ao campo de arquitetura e urbanismo, buscando que tal postura oriente processos de pesquisa-ação, que têm a possibilidade de repercutir no espaço, reunindo diferentes experiências como instrumentos de confronto e reivindicação social. É possível articular essa perspectiva de atuação em campo, com uma versão microconjuntural da práxis instituinte do comum, abordada por Dardot e Laval (2017a, 2017b), que é caracterizada pelo agir comum. Nota-se, portanto, um conjunto de sugestões, dispositivos e posturas atravessado pela interseção entre afetos, afecções e ações, com potencial de produzir transformações

importantes na sociedade, a partir das quais outras tessituras poderão ser costuradas.

Referências

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. (Tradução de Mariana Echalar). 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2017a.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. O Comum, um ensaio sobre a revolução no século XXI. (Tradução de Renan Porto). **Revista Lugar Comum**, Rio de Janeiro, n. 49, 2017b, p.217-226. Disponível em: http://uninomade.net/wp-content/files_mf/1494192971000%20Comum,%20um%20ensaio%20sobre%20a%20revolu%C3%A7%C3%A3o%20no%20s%C3%A9culo%20XXI%20-%20Pierre%20Dardot%20e%20Christian%20Laval.pdf. Acesso em: dez. 2020.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Cartografia da ação social, região latino-americana e novo desenvolvimento urbano. In: EGLER, T. T. C.; POGGIESE, H. (Org.). **Otro desarrollo urbano**: ciudad incluyente, justicia social y gestión democrática. Buenos Aires: CLACSO, 2009. p. 147-156. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/clacso/index/assoc/D8628.dir/14torres.pdf>. Acesso em: dez. 2020.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Dança dos Sentidos: na busca de alguns gestos. In: JACQUES, P. B.; BRITTO, F. D. (org.). **Corpocidade**: debates, ações e articulações. Salvador: EDUFBA, 2010. p.24-40. Disponível em: http://www.corpocidade.dan.ufba.br/2010/LIVRO_CORPOCIDADE.pdf. Acesso em: jul. 2019.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. SOCIABILIDADE, HOJE!: leitura da experiência urbana. **Caderno CRH**, Salvador, v.18, n.45, p.411-422, Set./Dez. 2005. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18535/11911>. Acesso em: dez. 2020.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos**: Corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SAFATLE, Vladimir. **Maneiras de transformar mundos**: Lacan, política e emancipação. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

***Ana Clara Oliveira de Araújo** é Arquiteta Urbanista pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (FAUFBA). Mestranda em Habitat na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP). Assessora Técnica pelo Coletivo Escalar (Salvador-BA). E-mail: clara.oliveiradearaujo@gmail.com